

FACULDADE DE NEGÓCIOS DE SERGIPE - FANESE

Cristiano Fonseca da Silva

Valtenisson da Silva

A CONTABILIDADE NOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

ARACAJU 2008

Cristiano Fonseca da Silva

Valtenisson da Silva

A CONTABILIDADE NOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

Relatório apresentado a FANESE como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de Pós-Graduação em Gestão Fiscal e Planejamento Tributário.

PROFESSOR: Francisco Aguiar franciscoaguiarfr@hotmail.com

ARACAJU 2008

Cristiano Fonseca da Silva Valtenisson da Silva

A CONTABILIDADE NOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS LUCRO REAL X LUCRO PRESUMIDO

Relatório apresentado a FANESE como um dos pré-requisitos para obtenção do Grau de Pós-Graduação em Gestão Fiscal e Planejamento Tributário.

Aprovada em//2008	
Francisco Aguiar	
Professor Orientador	

Aos nossos parentes e amigos.

Obrigado pelo apoió e compreensão nos momentos em que estive distante ou até mesmo nos dias em que estive próximo, porém insuportável.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças:

A Faculdade de Negócios de Sergipe (Fanese), agradecemos pela estrutura que proporcionou conforto e condições adequadas para tornar-mos um profissional competente.

A todos os colegas do curso e principalmente aqueles que no decorrer do tempo mostraram que estavam ao nosso lado para juntos estarmos comemorando este momento tão sublime.

Aos professores e funcionários em geral, nossos sinceros agradecimentos.

Enfrente seu caminho com coragem, não tenha medo da critica dos outros. E – sobretudo – não se deixe paralisar por sua própria crítica.

Deus estará com você nas noites insones e enxugará com seu amor as lágrimas ocultas. Deus é o Deus dos valentes.

Paulo Coelho

RESUMO

Está sendo demonstrado através de eventos ocorridos no período referencial de um mês, como funciona a contabilidade nos postos de combustíveis, evidenciada as compras, vendas, custos e despesas. Sendo assim, é primordial que haja o melhor controle possível para que todos os fatos ocorridos sejam ligeiramente contabilizados e demonstrados através dos livros fiscais ou até mesmo os não fiscais. Logo, os eventos ocorridos como as compras e as vendas são todos eles contabilizados e o confronto com os custos e despesas mostram a apuração do lucro, onde a partir deste momento a administração observará o que poderá ser modificado para que haja uma maneira mais econômica em relação aos impostos, principalmente no que se diz respeito o IR e a CSLL. Nos postos de combustíveis seu custo principal é os funcionários de pista e a energia utilizada no funcionamento de toda a estrutura firmada na pista de vendas, aos frentistas foi dado um tratamento especial como seus direitos e deveres. Foi observada também a melhor maneira de efetuar a contabilidade. Evidenciando como funciona o Lucro Presumido e o Lucro Real, sendo esse, o mais importante para as tomadas de decisões. Nós contadores podemos através do Lucro Real evidenciar e mostrar a melhor contabilidade possível, sendo assim é possível emitir relatórios contábeis de todos os eventos ocorridos, e até mesmo observar a posição econômica e o crescimento da empresa.

PALAVRAS-CHAVE: A Contabilidade; Postos de Combustíveis; Lucro Real X Lucro Presumido.

SUMÁRIO

1	INTR	ODUÇAO 1		
2	COM	O FUNCIONA	A CONTABILIDADE DOS POSTOS DE	
	COM	BUSTIVEIS		11
3	COM	PRANDO CON	IBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO	
	COM	BUSTÍVEL		13
	3.1	Gasolina Con	num	14
	3.2	Diesel Comur	m	1
	3.3	Álcool hidrata	do	1
	3.4	Lubrificantes		10
4	Vend	endo		1
	4.1	Combustíveis	i	1
	4.2	Derivados de	Petróleo – lubrificantes (fuel-oil)	1
5	GAS	TOS AUFERID	os	1
	5.1	Investimentos	3	1
	5.2	Custos		2
		5.2.1 DIREI	TOS E DEVERES DOS FRENTISTAS – PRINCIPAL	
		CUST	O NOS POSTOS	2
		5.2.2 PRINC	CIPAIS DIREITOS DO EMPREGADO	2
		5.2.3 PRING	CIPAIS DEVERES DO EMPREGADO	2
	5.3	Despesas		2
			os	3
		5.3.2 Energ	ia Elétrica	3
		5.3.3 Gasto	s Gerais Administrativos	3
		5.3.4 Conta	telefônica	3
		5.3.5 Alugu	éis e Seguros	3
		5.3.6 Asses	sorias	3
	5.4	Perda		3
	5.5	Cálculo do IN	NSS patronal e Guia de GPS a recolher	3
6	ESC	RITURAÇÃO .		3

	6.1	Registro no Livro de Movimentação de Combustíveis LMC	37
	6.2	Registrando no Livro Diário	38
	6.3	Registrando no livro Razão	49
	6.4	Registrando no livro Caixa	51
7	CONT	TABILIZANDO PELO LUCRO PRESUMIDO	55
8	CONT	TABILIZANDO PELO LUCRO REAL	55
9	BALA	NCETE DE VERIFICAÇÃO	56
10	DRE		59
11	BALA	NÇO PATRIMONIAL	60
12	Conc	lusão	62
11	Refer	râncias	63

1 INTRODUÇÃO

Combustíveis e derivados de petróleo são um dos focos principais de arrecadação do governo, que por sua vez utiliza as distribuidoras e postos revendedores como parceiros na arrecadação dos tributos instituídos por leis e decretos. Logo, podemos afirmar que a relação entre as empresas e consumidores com o Estado não é uma relação somente de poder, além disso, tem toda uma relação jurídica, onde o governo junto aos legislativos, secretárias e ministérios, ditam normas que temos o dever de cumprir para que o Estado como um todo cubra suas despesas com a arrecadação dos tributos. A relação tributária, como em qualquer outra relação jurídica, surge sempre quando um fato ocorre e que tal fato anteriormente já fora previsto em norma(s), portaria(s) ou lei(s), para que assim venha produzir um efeito, atendendo aos princípios previstos na legislação tributária.

A carga tributária paga pelo consumidor é calculada de forma que todos que estão inseridos no processo da refinação a venda destes produtos nas bombas e prateleiras sejam o suficiente para que cubram suas despesas e tenham o lucro desejado, combustível por ser um produto que é necessário ao desenvolvimento seja do país, dos estados ou dos municípios é um produto onde o percentual de lucro é baixo porém a rotatividade é muito alta, logo, a necessidade de intervenção do governo para o controle do aumento, seja feito pelos órgão competentes de cada Estado, em Sergipe esse controle é feito através da Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ) a mesma utiliza o CMP (custo médio ponderado), através deste cálculo o governo atribui qual será o percentual de aumento para os produtos que estão a venda no mercado.

Neste trabalho daremos maior ênfase aos tributos e contribuições incidentes depois da revenda dos produtos nos postos de combustíveis aos consumidores finais, mostrando de forma sucinta e diferenciando as duas formas de contabilidade quando no lucro real e no lucro presumido. Utilizando a receita e todo o elenco de custos e despesas dentro desse seguimento comercial.

2 COMO FUNCIONA A CONTABILIDADE DOS POSTOS DE COMBUSTIVEIS

Os postos de combustíveis como qualquer outro tipo de empresa, têm sempre o seu intuito de lucratividade. Além das suas atividades fins dentro do seu estabelecimento, para que esse comércio dê certo e não venha sofrer sansões é necessário também que haja uma boa assessoria contábil, logo neste trabalho iremos fazer uma simulação das atividades mais comuns de um posto de combustível, utilizando certo período de funcionamento e contabilizando todos os fatos ocorridos neste espaço de tempo.

Sendo assim, utilizaremos nomes imaginários como Auto Posto Sucesso Ltda, localizado na Rodovia do Coco Km 22, Zona Rural, São Domingos/SE. cep:49000-000 e a Distribuidora de Produtos Derivados de Petróleo Imaginário S.A: Localizada na Av: Montes Claro nº001, Centro – Aracaju/SE. Cep: 49000-000

O Auto Posto Sucesso Ltda, já possui capital social no Valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo que, já integralizado com dinheiro no caixa/Banco no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e em móveis e utensílios no

valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), além de bombas, instalações hidráulicas e cobertura, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), e R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em despesas pré-operacionais.

BALANÇO PATRIMONIAL INICIAL - 31/12/2007

Código	Cont	as	Código	Cor	ntas
1	ATIVO		2	PASSIVO	
1.1	Circulante		2.1	Circulante	-
	- Disponível		2.1.1	-	-
1.1.1	Caixa/Banco	100.000,00			
1.3	Permanente		3	Patrimônio	
				Líquido	
	- Imobilizado		3.1	Capital Social	300.000,00
1.3.1	Instalações	10.000,00			
1.3.2	Móveis e utensílios	30.000,00			
1.3.3	Bombas	40.000,00			
1.3.4	Cobertura	40.000,00			
	- Diferidos				

1.3.5	Gastos Pré-	80.000,00		
1.3.6	Operacionais	-		
	(-) Amortização			
	Acumulada			
1.3.6.01	Gastos Pré-	-		
	Operacionais			
Total	1	300.000,00	Total	300.000,00

3 COMPRANDO COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO COMBUSTÍVEL

Os combustíveis e produtos derivados de petróleo são produtos indispensáveis no dia-a-dia das pessoas, logo, podemos mostrar de forma prática e simples como funciona a compra desses produtos para os postos de combustíveis junto aos seus fornecedores adquirindo a gasolina, o álcool, o diesel e lubrificantes, a fim de atender a necessidade de seus clientes e tocar esse negócio para obtenção de lucros.

No ato da compra de combustíveis e derivados de petróleo, acontece o primeiro fato gerador de tributos para os postos, tendo como exemplo o principal tributo dos estados o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), as distribuidoras competem à retenção e pagamento desse imposto, ou seja, os postos compram e no ato da compra já é cobrado tal tributo.

A substituição tributária acontece quando a responsabilidade do pagamento do ICMS é atribuída a uma outra pessoa, ou seja, classificada como contribuinte

substituto. É aquele contribuinte que recebe a mercadoria quando o imposto já foi retido.

Exemplo:

Foi instituído pela legislação do ICMS a todas as distribuidoras de combustíveis e derivados de petróleo que: São eles obrigados a recolher, além do ICMS dos combustíveis e lubrificantes e derivados de petróleo, o valor do ICMS dos produtos que saírem da distribuidora, o valor do ICMS que será devido pelo comerciante, vendedor desses produtos no varejo, antecipado, portanto, o ICMS, cujo fato gerador ocorreria a partir da venda ao consumidor final.

3.1 (A) Gasolina Comum

No corpo da nota fiscal da gasolina vêm as seguintes informações, "Produto Armazenado na Petrobrás S.A.. Conf. Reg. Especial. GECOT. Num. 0411 de 04/03/1999, ICMS pago por Substituição Tributária conforme ajuste SINIF 4/93.

Sendo assim, até o dia 31/01/2008, o Auto Posto Sucesso Ltda, comprou junto a Distribuidora de Petróleo Imaginária S.A., a quantidade de 40.000,0 litros de Gasolina por R\$ 95.024,00 (noventa e cinco mil e vinte e quatro reais), sendo que 50% deste valor foi à prazo* com vencimentos a partir de 01/02/2008 e o restante já foi pago no período de 01 a 31/01/2008.

3.2 (b) Diesel Comum

No corpo da nota fiscal do Óleo Diesel vêm as seguintes informações: "Produto Armazenado na Petrobrás S/A. Conf. Reg. Especial. GECOT. Num. 0411 de 04/03/1999, ICMS pago por Substituição Tributária conforme ajuste SINIF 4/93".

Logo, até o dia 01/01/2008, o Auto Posto Sucesso Ltda, comprou 80.000,00 litros de Óleo Diesel por R\$ 141.194,66 (cento e quarenta e um reais e sessenta e seis centavos), sendo que 50% deste valor foi à prazo* com vencimentos a partir de 01/02/2008 e o restante já foi pago no período de 01 a 31/01/2008.

3.3 (c) Álcool hidratado

No corpo da nota fiscal do Álcool Hidratado vêm as seguintes informações: "Produto Armazenado na Petrobrás S.A. Conf. Reg. Especial. GECOT. Num. 0411 de 04/03/1999, ICMS pago por Substituição Tributária conforme ajuste SINIF 4/93".

Sendo assim, no dia 01/01/2008, o Auto Posto Sucesso Ltda, comprou junto a Distribuidora de Petróleo Imaginária S.A., a quantidade de 2.500,0 litros de Álcool Hidratado por R\$ 4.915,09 (quatro mil novecentos e quinze reais e nove centavos), sendo que o pagamento será efetuado através de duplicata sob nº 0002, com o pagamento para o dia 16/01/2008.

* As compras tem um prazo médio de 15 dias. A contar do dia em que a nota fiscal foi emitida.

LUBRIFICANTES

Os lubrificantes é um dos produtos importantes dentro desse seguimento, pois com eles os postos conseguem um bom retorno, ou seja, uma lucratividade significante que renderá um pouco mais de lucro no final do mês.

3.4 (d) Lubrificantes derivados de petróleo

O Auto Posto Sucesso Ltda, efetuou compras no dia 02/01/2008, junto a Distribuidora Imaginária S.A, a quantidade de 250 litros de Óleo Lubrificantes do tipo Sae-40 de 1 lt, no valor unitário de R\$ 4,02 (quatro reais e dois centavos), totalizando R\$ 1.005,00 (um mil e cinco reais). Com vencimento para 45 dias.

4 VENDENDO

Os produtos para serem vendidos é primeiramente adotados os métodos iniciais para obtenção do preço de venda de tal produto observando seus custos e despesas e o percentual desejado de lucratividade.

Segundo Viceconti e Neves dentre esses, " é preciso também verificar outros fatores, como a característica da demanda do produto, existência ou não de concorrentes, presivibilidade do comportamento

dos concorrentes e a existência ou não de acordo como os concorrentes".

4.1 Combustíveis

Em um outro momento, ou seja, na compra dos produtos junto as distribuidoras de produtos derivados de petróleo, os impostos já foram recolhidos pela substituição tributária, podemos observar esse fato no ato da compra: "Produto Armazenado na Petrobrás S.A. Conf. Reg. Especial. GECOT. Num. 0411 de 04/03/1999, ICMS pago por Substituição Tributária conforme ajuste SINIF 4/93".

Os demais impostos como a CSLL, e o IRPJ, serão pagos, após a apuração do resultado, que poderá ser através do Lucro Real ou do Lucro Presumido.

Veja, em anexo como calcular a CSLL e o IRPJ.

Exemplo de vendas:

A empresa efetuou vendas no mês de janeiro do corrente ano, sendo:

- (e) → Gasolina: 35.000,0 litros, com valor unitário de R\$ 2,65 (dois reais e sessenta e cinco centavos), recebimentos à vista 70% e em cheque para 30 dias 30%;
- (f) → Óleo Diesel: 73.000,0 litros, com valor unitário de R\$ 1,88 (um real e oito centavos), sendo 50% à vista e 50% em cheques para 30 dias.

(g) → Álcool Hidratado: 1.800,0 litros, com valor unitário de R\$ 2,12 (dois reais e doze centavos), sendo que o recebimento foi todo a vista;

4.2 Derivados de Petróleo – lubrificantes (fuel-oil)

Aos lubrificantes e derivados de Petróleo, óleos combustíveis (fuel-oil), é retido na fonte o ICMS, mas também é pago sobre o faturamento dos mesmos, o PIS e a Cofins, com percentuais de 1,65% e 7,6% respectivamente, podendo os postos utilizar-se de créditos destas contribuições.

Exemplo:

(h) lubrificantes: No mês de janeiro deste ano o Auto Posto Sucesso Ltda, efetuou vendas de 120 litros de óleo lubrificantes do tipo Sae-40 de 1lt, com valor unitário de R\$ 6,00 (seis reais)

5 GASTOS AUFERIDOS

Os gastos auferidos dentro de um posto de combustível estão distribuídos em investimentos, custos e despesas, além das perdas.

5.1 Investimentos

Aos investimentos diríamos que seria tudo aquilo que são ativado, seja um bem ou serviço, que modifique ou agregue a sua vida útil ou benefícios atribuíveis a períodos futuros.

Segue exemplos:

- aquisição de móveis e utensílios
- aquisição de imóveis
- aquisição de Veículos
- despesas pré-operacionais
- aquisição de Bombas de Combustível
- aquisição de Filtros de Combustível
- aquisição de Tanques de Combustível
- aquisição de Computadores e Periféricos
- construção e Recuperação da cobertura dos Postos
- (i.1) Foi comprado Computadores e Periféricos: no valor de 4.500,00
 (quatro mil e quinhentos reais), sendo: Computador R\$ 2.200,00; e periféricos R\$ R\$
 2.300,00. Pagamentos a vista, através do cheque nº 0001.
- (i.2) O Auto Posto Sucesso Ltda, adquiriu um veículo, junto ao fornecedor GM, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), pagamento a vista através do Cheque nº 0001.

5.2 Custos

Aos custos podemos dizer que é todos os gastos que é auferidos dentro do estabelecimento direcionados a utilização na produção de outros bens e serviços, ou seja, são aqueles que diretamente estão inseridos para que funcione os postos.

Segundo Silvério das Neves: "Os custos são todos os gastos relativos a atividade de produção". No nosso caso seria a mão-de-obra dos frentistas.

Veja os exemplos:

- salário do pessoal da pista frentistas *
- aluguéis e Seguros do Prédio ou do Pátio onde funciona o Posto
- depreciação das Bombas, Filtros, Tanques utilizados na revenda dos combustíveis – Quando Próprios
- gastos com manutenção das bombas, filtros e tanques independentes de ser próprios
- energia utilizada para utilização das bombas de combustível e iluminação do pátio

Custos do período:

(i.1) → Salários do Pessoal da Pista (frentistas):

• (01) Fábio da Silva:

380,00

Obs: este funcionário trabalha no turno da noite, e trabalhou 1 feriado no mês de janeiro/2006.

(02) Marcelo Dias:

380,00

Obs: Este funcionário trabalhou 02 feriados e 01 dia a noite.

• (03) José dos Santos:

380,00

Obs: Este funcionário trabalhou 02 feriados e 01 noite.

• (04) Francisco José:

380,00

Obs: Este funcionário trabalhou 2 feriados e tem um filho de 02 meses.

• (05) Raul Santos:

380,00

Obs: Este funcionário trabalhou 1 feriados e tem um filho de 09 meses.

Júnior Oliveira:

380,00

Obs: Este funcionário trabalhou 02 feriados e 02 noites.

Folha de pagamento do pessoal da Pista:

AUTO POSTO SUCESSO LTDA

End: Rodovia do Coco Km 22 - São Domingos/SE CNPJ: 01.001.001/0002-01

Obs: Não há valores de férias e ou rescisão.

(01) Fábio da Silva	Função: Frentista	Livro 001 Folha 001
Salário Base	380,00	
Noturno 20%	76,00	

Periculosidade 30%	114,00	
Repouso Remunerado	11,62	
Feriado	38,18	
Inss		43,97
Base de cálculo		
INSS 574,80	FGTS 574,80	IRRF 574,80
(02) Marcelo Dias	Função: Frentista	Livro 001 Folha 002
Salário Base	350,00	
Periculosidade 30%	105,00	
Noturno 20% sobre horas	2,55	
trabalhadas		
Repouso Remunerado	20,92	
Feriado	66,18	
INSS		41,67
Base de cálculo		
INSS 544,65	FGTS 544,65	IRRF 544,65
(03) José dos Santos	Função: Frentista	Livro 001 Folha 003
Salário Base	350,00	
Periculosidade 30%	105,00	

Noturno 20% sobre horas	2,55	
trabalhadas		
Repouso remunerado	20,92	
Feriados	66,18	
INSS		41,67
Base de cálculo		
INSS 544,65	FGTS 544,65	IRRF 544,65
(04) Francisco José	Função: Frentista	Livro 001 Folha 004
Salário Base	350,00	
Periculosidade 30%	105,00	
Repouso Remunerado	20,14	
Feriado	66,18	
Salário Família	15,74	
INSS		41,41
Base de cálculo		
INSS 541,32	FGTS 541,32	IRRF 541,32
(05) Raul Santos	Função: Frentista	Livro 001 Folha 005
Salário Base	350,00	
Periculosidade	105,00	

Repouso Remunerado	10,07	
Feriado	33,09	
Salário Família	15,74	
INSS		38,11
Base de cálculo		
INSS 498,16	FGTS 498,16	IRRF 498,16
(06) Júnior Oliveira	Função: Frentista	Livro 001 Folha 006
Salário Base	350,00	
Periculosidade	105,00	
Noturno 20% sobre as	5,09	
horas trabalhadas		
Repouso Remunerado	21,69	
Feriados	66,18	
INSS		41,92
Base de cálculo		
INSS 547,96	FGTS 547,96	IRRF 547,96
RESUMO DA FOLHA		
- TOTAL GERAL DA FOLHA	: R\$ 3.283,02	- TOTAL DE
- (-) TOTAL DOS DESCONT	OS R\$ 248,75	FUNCIONÁRIOS: 06

- TOTAL LIQUIDO: R\$ 3.034,27	- TOTAL INSS: R\$ 248,75
	- TOTAL DO FGTS: R\$
	260,12.

O pagamento será referente o mês de janeiro contando que a empresa terá cinco dias úteis após o termino do mês para quitação dos salários.

- (j.2)→ Aluguel do Ponto Comercial: Pagamento realizado no dia 31/01/2006, conforme o estabelecido em contrato. No Valor de R\$ 1.200,00.
- (j.3)→ Contando que o saldo de maquinas e equipamentos (bombas, tanques, filtros) é de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) e são próprios e tem uma taxa de depreciação de 10% ao ano.

Logo, temos que 10% de R\$ 90.000,00 é igual a R\$ 9.000,00 ao ano e de R\$ 750,00 ao mês.

- (j.4)→ Foi pago R\$ 50,00 (cinqüenta reais), de serviços com reparos nas bombas.
- (j.5)→ A Empresa de Energia S.A, enviou fatura de pagamento de energia no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), referente ao período de 01 a 31/01/2006, com vencimento para o dia 05/02/2006. (gastos efetuadas na linha de frente do Auto Posto).

Como os frentistas são eles os principais custos para os postos de combustíveis, daremos maior ênfase, mostrando os principais direitos e deveres desses profissionais que são pecas fundamentais neste ramo de negócio.

5.2.1 DIREITOS E DEVERES DOS FRENTISTAS – PRINCIPAL CUSTO NOS POSTOS

Os como em toda relação a direitos e deveres nos postos de combustíveis a peça principal que é os frentistas também tem seus direitos e deveres, observamos assim todos os aspectos legais e constitucionais do profissional desse seguimento.

5.2.1.1 PRINCIPAIS DIREITOS DO EMPREGADO

O empregado a empresa está autorizada a fazer qualquer denuncia fundamentada de qualquer comportamento irregular observada, especialmente aqueles descritos nos itens a seguir ou a outros que atentem contra a:

POSTURA - que englobam o comportamento idôneo, honesto e cidadão, perante aos colegas de trabalho e a comunidade;

SEGURANÇA – que visa adoção individual e comportamentos e práticas que não coloquem a segurança das operações dos clientes;

SIGILO – que visam adoção individual e comportamento e práticas que não impliquem riscos de quebra de confidencialidade de informações sobre os produtos do cliente;

ABONO FALTAS – enfermidade, doação de sangue (um dia/ano), falecimento de cônjuge, ascendentes e descendentes 1º grau (dois dias), casamento (três dias), Nascimento filhos (cinco dias paterno);

AFASTAMENTO POR DOENÇAS: Quando o empregado fica enfermo e, afastado por médico do SUS (Sistema Único de Saúde): Até o 15º dia – Pagamento pela empresa. A partir do 16º dia - Pagamento pelo INSS;

VALE TRANSPORTE: Caso obter pelo beneficio, será descontado até 6% do salário base ou valor concedido a título de vale transporte (o que forme menor). Sendo entregue no último dia útil do mês para a utilização de todo o período do próximo mês;

FÉRIAS: Todo o empregado terá direito após 12 meses de contratação do período de gozo definido pelo líder imediato, nos onze meses subseqüentes ao vencimento. No ato da solicitação das férias, o empregado poderá optar em converter 1/3, das férias em abono pecuniário, também poderá optar em receber 50% do 13º salário, com exceção de férias gozadas em janeiro e dezembro de cada ano. As férias deverá ser solicitadas com antecedências de 30 dias e o valor creditado na conta corrente do empregado 2 dias antes do gozo;

13º SALÁRIO: Calculado proporcionalmente aos meses trabalhados em ano corrente, em uma escala de 1/12 por mês, sendo necessário trabalhar 15 dias em cada mês. Sendo pago uma parcela nas férias ou até 30 de dezembro e a segunda até o 20º dia do mês de dezembro.

FGTS: É recolhido mensalmente o valor de 8,5% sobre a remuneração do empregado e depositado em conta vinculada (CEF), em nome do empregado.

5.2.1.2 PRINCIPAIS DEVERES DO EMPREGADO

Serão objetos de imediata punição com rescisão contratual por justa causa e por iniciativa da empresa, conforme determina a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), art. 482 e suas alíneas sem prejuízo da cobrança, por parte da empresa, os prejuízos causados pela desobediência por qualquer uma das normas implantadas pela empresa, entre elas:

- registras suas jornadas de trabalho em cartão de ponto de forma pessoal e individual, como inicio a partir de 00:15 antes de cada jornada e tolerância de 00:15 minutos de atraso por semana;
- manter-se uniformizado no local de trabalho com fardamento sempre limpo dirigindo-se ao cliente com cordiais saudações;
- utilizar identidade funcional (Crachás) durante a permanência no local de trabalho na altura do peito de forma visível;
- obedecer as orientações e determinações de seus superiores hierárquicos e não aceitar nenhum tipo de gratificação ofertadas por seus clientes;
- manter sigilo, que visa a adoção individual e comportamento e praticas que não impliquem riscos de quebras de confidencialidades de informações sobre dados da empresa;

 avisar a gerencia sobre possível falta ou serviço, para evitar transtornos na pista de abastecimentos, sendo o afastamento por doença, enviar atestado pelo portador.

5.3 Despesas

São todos os gastos com bens e serviços não utilizados nas atividades produtivas e ao mesmo tempo, são aquelas de intermediação para auferir receitas, ou seja, os gastos com administração, assessorias, depreciação de móveis e utensílios, de computadores entre outros. Poderíamos dizer que todos os gastos diretamente com a atividade lá na frente (na pista de abastecimento) é tidos como custo a partir daí será despesas

Veja os exemplos de despesas:

- salários e encargos do pessoal de escritório da administração
- energia elétrica consumida no escritório
- gasto com combustível e refeição do pessoal de escritório
- conta telefônica do escritório
- aluguéis e seguros do prédio e do escritório
- assessoria de Informática, Advocacia e Sindicatos
- pró-labore

5.3.1 Salários:

- (m) Logo, no dia 31 de janeiro de 2008, o Auto Posto Sucesso Ltda, efetuou os seguintes pagamentos dos seus funcionário do corpo administrativo:
- → Aldemir dos Santos Gerente Administrativo Salário Base de R\$ 750,00, o funcionário tem dois filhos de 12 e 16 anos respectivamente;
- → Claudete de Jesus Auxiliar Administrativo com salário base de R\$ 400,00;
 - → José Francisco Pró-labore do Sócio Gerente Administrador R\$ 380,00.

Folha de Pagamento dos Funcionários da Administração

(07) Aldemir dos Santos	Função: Gerente adm.	Livro 001 Folha 007
Salário Base	750,00	
Periculosidade	225,00	
INSS		74,59
Base de cálculo		
INSS 975,00	FGTS 975,00	IRRF 975,00
(08) Claudete de Jesus	Função: Auxiliar Adm.	Livro 001 Folha 008
Salário Base	380,00	
Periculosidade	114,00	
INSS		34,80

Base de cálculo		
INSS 455,00	FGTS 455,00	IRRF 455,00
9		
RESUMO DA FOLHA	1	•
- TOTAL GERAL DA FOLHA: R\$ 1.430,00		- TOTAL DE
- (-) TOTAL DOS DESCONTOS R\$ 109,39		FUNCIONÁRIOS: 06
- TOTAL LIQUIDO: R\$ 1.320),61	- TOTAL INSS: R\$ 109,39
		- TOTAL DO FGTS: R\$
		114,40.

⁻ pró-labore, do Sócio-Administrador: R\$ 380,00

5.3.2 Energia Elétrica:

A energia elétrica deverá ser controlada de forma separada, ou seja, o contador de energia deverá ser um pra cada, no escritório e no pátio do posto onde acontece a atividade fim deste ramos de comercio, dessa forma, a contabilidade deverá contabilizar separadamente se será custo ou despesa.

(n) → A conta de energia com uso no escritório e data de vencimento para o dia 02 de fevereiro de 2008, <u>referente ao mês de janeiro</u> do mesmo ano chegou com o valor de <u>R\$ 380,00</u> (trezentos e cinqüenta reais).

5.3.3 Gastos Gerais Administrativos:

- (o) → o Auto Posto Sucesso Ltda, emitiu a nota fiscal no valor de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), referente a combustível utilizado no período de 01 a 31/01/2008. Efetuou o pagamento através do Cheque nº0003.
- (p) → o Restaurante Sucesso, emitiu Recibo junto as comandas de pedido, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), pagamento realizado à vista.

5.3.4 Conta telefônica

As contas telefônicas deverá ser também de forma separada, ou seja, a conta utilizada no escritório deverá ser diferente da utilizada na pista, onde se recebe cartão de crédito, pois a essa conta deveremos classificá-la como custo.

(q) → a Empresa de Telecomunicação S.A, enviou conta referente ao mês de janeiro no valor de R\$ 480,00 (quatrocentos reais) com vencimento para o dia 05/02/2008. (Administrativo)

5.3.5 Aluguéis e Seguros

Os aluguéis destinados a administração e seus respectivos seguros deveram ser contabilizados usando o mesmo método já utilizado anteriormente.

(r) → Aluguel do veículo Corsa conforme contrato no valor de R\$
 600,00 (Seiscentos reais), pagamento realizado a vista no dia 31/01/2008.
 (administrativo)

5.3.6 Assessorias

Esse seguimento é necessário de boas assessorias, e a contabilidade deverá atentamente observar qual a necessidade de cada tipo, vejamos:

- (s.1) → Assessoria Contábil: Esta ligada a parte administrativa e cobra honorários contábeis no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com vencimento a cada último dia útil do mês.
- (s.2) → Assessoria Sindical dos Revendedores de Combustíveis, é uma despesa, pois esta ligada a administração do empreendimento. Pagamento no dia 31/01/2008, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinqüenta reais). (Administrativo)
- (s.3) → Assessoria de Informática: Nos dias atuais não podemos deixar de utilizar desse meio, pois, é através da informática que podemos organizar e desempenhar uma boa administração e escriturações contábeis. Poderá ser um custo se utilizado programa especifico na pista, ou, uma despesa se utilizado na administração.

Foi pago assessoria de informática no valor de R\$ 150,00 (cento e cinqüenta reais), referente ao mês de janeiro, com pagamento a vista. (Administrativo)

34

5.4 Perda

Toda perda é tida como um gasto não intencional, decorrente de fatores

externos fortuitos ou atividade produtiva normal da empresa. Primeiramente

poderíamos dizer que seria chamada de despesa quando lançada diretamente contra o

resultado do período. E em outra situação diríamos que seria um custo quando isso

acontece com freqüência, no caso dos postos de combustíveis:

• as perdas com evaporação dos combustíveis - seria considerado um custo

• roubos efetuados por terceiros - Uma despesa, pois não se espera por tal fato

desastres por conta de fenômenos da natureza

As perdas deverão ser contabilizadas como uma despesa, em seu valor total

contra o resultado do exercício, é uma legitima dedutibilidade para o IR e CSLL.

Exemplos de evaporação:

→ Gasolina: Durante o período de 01 a 31/01/2008, o Auto Posto Sucesso Ltda,

teve uma perda* de 200 litros de gasolina.

→ Óleo Diesel: Perdas de 380 litros.

→ Álcool: Perdas de 15 litros.

Gasolina: Saldo Inicial: 0

Entradas : 40.000 litros

Perdas : 200 litros

200/40.000 = 0,5 %, logo, percebemos que esta dentro do percentual aceito pela ANP(Agência Nacional do Petróleo).

(t.1) Valor da perda: 200*R\$ 2,3756= R\$ 475,12 (quinhentos e trinta reais). (logo esse valor é lançado contra o resultado como um custo)

Óleo Diesel: Saldo Inicial: 0

Entradas : 80.000 litros

Perdas : 380 litros

380/80.000 = 0,48 %, logo, percebemos que esta dentro do percentual aceito pela ANP(Agência Nacional do Petróleo).

(t.2) Valor da perda: 380*R\$ 1,7649 R\$ 670,66. (logo esse valor é lançado contra o resultado como um custo)

Álcool: Saldo Inicial: 0

Entradas : 2.500 litros

Perdas : 15 litros

15/2.500 = 0,6 %, logo, percebemos que esta dentro do percentual aceito pela ANP(Agência Nacional do Petróleo).

(t.3) Valor da perda: 15*R\$ 1,9660= R\$ 29,49. (logo esse valor é

lançado contra o resultado como um custo)

Esta perda é aceita pela legislação, onde determina que os postos de

combustível terão uma perda de até 0,6% (zero ponto seis porcentos), da escrituração

total do combustível adquirido do período.

5.5 Cálculo do INSS patronal e Guia de GPS a recolher:

Departamento:

FPAS: 515 Cód. Terceiros: 0115

Cód. Pagamento: 2100 Venc: 02 de cada

mês.

Empregados: 4.713,02

Empregadores: 350,00

Autônomos: 1.000,00

Nº de Empregados: 08

VL. INSS Funcionários: 358,14

VL. INSS do Sócio: 38,50

VL. INSS Autônomo: 110,00

Empresa (FPAS/RAT/Ocorrência): 1.036,86 (20%+2%+Perc.Ocor.)

Empresa/Empregadores: 70,00

Empresa/Autônomo: 200,00

Deduções: (31,48)

Total: 1.782,02

37

Terceiros: 273,36 (5,8%)

Total da GPS a recolher: 2.018,38

6 ESCRITURAÇÃO

A escrituração depende de boas ferramentas no âmbito contábil para que

possamos usar de métodos adequados na contabilidade, sendo assim, iremos mostrar

as formas de escrituração nos postos de combustíveis, no ato da compra e ou da

venda.

Os livros de escrituração são próprios e neles serão registrados os fatos

administrativos e fiscais da empresa.

6.1 Registro no Livro de Movimentação de Combustíveis LMC

De acordo com a portaria Nº 116, DE 5 DE JULHO DE 2000, em seu artigo

XIV – manter, no posto revendedor, o Livro de Movimentação de Combustíveis – LMC.

Ficando assim, os postos de combustíveis obrigados a escriturar de forma

continua e cronológica todas as compras e vendas de combustíveis dentro do seu

estabelecimento comercial. Levando em consideração a quantidade em litros e os

valores em reais tendo também que armazenar os valores dentro do mês em curso.

Veja em anexo modelo de escrituração do LMC e a portaria que determina

esta escrituração.

6.2 Registrando no Livro Diário

Dentre todos os livros exigidos pela legislação comercial e fiscal esse é o mais velho e este é exigido pelo Código Comercial (Lei nº 556, de 25-06-1850) em seus artigos 11 e 12. Veja o que reza estes arts.

"Art.11. Os livros que os comerciantes são obrigados a ter indispensavelmente na conformidade do artigo antecedente, são o Diário e o copiador de cartas".

É importante ressaltar que o uso do copiador de cartas foi abolido pelo decreto-lei nº 486/96:

"art.12. No **Diário** é o comerciante obrigado a lançar com individuação e clareza todas as suas operações de comercio, letras e outros quaisquer papéis de crédito que passar, aceitar, afiançar ou endoçar, e em geral tudo quanto receber e despender de sua ou alheia conta, seja por que título for, sendo suficiente que as parcelas de despesas domesticas se lancem englobadas na data em que forme extraídas da caixa. Os comerciantes de retalho deverão diariamente no diário a soma total das suas vendas a dinheiro, e em assento separado, a soma total das vendas fiadas no mesmo dia.

No mesmo Diário se lançará também em recurso o balanço geral (art.10, IV), devendo aquele conter todas as verbas deste, apresentando cada uma verba a soma total das respectivas parcelas; e será assinado na mesma data do balanço geral."

Podemos observar que a linguagem é antiga desde 1850, porém precisa, e por isso até hoje a redação acima continua inalterada.

É importante lembrar que em decorrência do Código Comercial, escrituração mercantil ou individual é o mesmo que escrituração contábil, são empregados nesse sentido também na legislação tributária.

De acordo com o Novo Código Civil instituído pela lei nº 10.406, publicado no DOU de 11-1-2002, revoga a parte primeira do Código Comercial, onde se encontrava as supras citadas sobre a escrituração e o livro Diário (art.2.045).

Introduzindo assim, as normas sobre o empresário, no seu Livro II – Do Direito da Empresa, além deles também foi instituído normas sobre as sociedades, o estabelecimento, o nome empresarial, os propostos (entre eles os contabilistas) e a escrituração. Sendo assim, acompanhe os arts mais importantes do NCC, para entender melhor sobre o Livro Diário. Veja:

"Art.1.179. O empresário e a sociedade empresaria são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

§ 1º Salvo o disposto no art.1.180, o numero e a espécies de livro fica a critério dos interessados.

§2º É dispensado das exigências deste artigo, o pequeno empresário a que se refere o art.970.

Art.1.180. Além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o Diário, que pode ser substituídos por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.

Parágrafo único. A adoção de fichas não dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do resultado econômico.

Art.1.183. A escrituração será feita em idioma e moeda corrente nacionais e em forma contábil, por ordem cronologia de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens.

Parágrafo único. É permitido o uso de código de números ou de abreviaturas, que constem de livro próprio, regularmente autenticado.

Art.1.184. No Diário serão lançados, com individuação, clareza e caracterização do documento respectivo, dia a dia, por escrita direta ou reprodução, todas as operações relativas ao exercício da empresa.

§1º Admite-se a escrituração resumida do Diário, com totais que não excedam o período de trinta dias, relativamente a contas cuja operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento, desde que utilizados livros auxiliares regularmente autenticados, para registro individualizado, e conservados os documentos que permitam a sua perfeita verificação.

§ 2º Serão lançados no Diário o Balanço Patrimonial e o de resultado econômico, devendo ambos ser assinados por técnicos em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária."

Sendo assim, com os ditames acima, podemos agora escriturar a primeira compra de Gasolina do Auto Posto Sucesso Ltda, veja o exemplo:

Contabilização no livro diário:

(A) - (Compras de Gasolina)

- D: Estoque Mercadorias para revenda (Gasolina) → R\$ 95.024,00
- C: Fornecedores Distribuidora Imaginária → R\$ 95.024,00

(b) - (Compras de Óleo Diesel)

- D: Estoque Mercadorias para revenda (Óleo → R\$ 141.194,66 Diesel)
- C: Fornecedores Distribuidora Imaginária → R\$ 141.194,66

(c) - (Compra de Álcool Hidratado)

- D: Estoque Mercadorias para revenda (Álcool) → R\$ 4.915,09
- C: Fornecedores Distribuidora Imaginária → R\$ 4.915,09

(d) - (Compra de Óleo Lubrificantes)

D:	Estoque - Mercadorias para revenda (Fuel-oil)	\rightarrow	R\$	891,94
D:	PIS A RECUPERAR	\rightarrow	R\$	36,68
D:	COFINS A RECUPERAR	\rightarrow	R\$	76,38
C:	Fornecedores - Distribuidora Imaginária	→	R\$	1.005,00
	(e) - (Vendas de Gasolina)			
D:	CAIXA		R\$	64.925,00
D:	CLIENTES		R\$	27.825,00
C:	RECEITA COM VENDAS			
	À VISTA	\rightarrow	R\$	64.925,00
	À PRAZO	\rightarrow	R\$	27.825,00
D:	CMV	→	R\$	83.146,00
C:	ESTOQUE MERCAD. P/ REVENDA	\rightarrow	R\$	83.146,00

(f) - (Vendas de Óleo Diesel

D:	CAIXA	\rightarrow	R\$	68.620,00
D:	CLIENTES	\rightarrow	R\$	68.620,00
C:	RECEITAS COM VENDAS			
	À VISTA	\rightarrow	R\$	68.620,00
	À PRAZO	\rightarrow	R\$	68.620,00
D:	CMV	\rightarrow	R\$	128.837,70
C:	ESTOQUES MERCAD.P/ REVENDA	\rightarrow	R\$	128.837,70
	(g) - (Vendas de Álcool)			
D:	CAIXA	\rightarrow	R\$	3.816,00
C:	RECEITA COM VENDAS			
	A VISTA	\rightarrow	R\$	3.816,00
D:	CMV	\rightarrow	R\$	3.538.80

C:	ESTOQUE/ MERCADORIAS P/ REVENDA	\rightarrow	R\$	3.538,80
	(h) - (Vendas de Lubrificantes)			
D:	CAIXA	\rightarrow	R\$	1.200,00
C:	RECEITA COM VENDAS			
	À VISTA	\rightarrow	R\$	1.200,00
D:	CMV	\rightarrow	R\$	804,00
C:	ESTOQUE/ MERCADORIAS P/ REVENDA	\rightarrow	R\$	804,00
D:	DESPESAS COM VENDAS			
	PIS	\rightarrow	R\$	43,80
D:	DESPESAS COM VENDAS			
	COFINS	\rightarrow	R\$	91,20
C:	PIS A RECOLHER	→	R\$	43,80
C:	COFINS A RECOLHER	\rightarrow	R\$	91,200

(i.1) INVESTIMENTOS

D: Computadores e Periféricos → R\$ 4.500,00

C: Caixa/Banco → R\$ 4.500,00

(i.2) INVESTIMENTOS

D: Veículo → R\$ 25.000,00

C: Caixa/Banco \rightarrow R\$ 25.000,00

(j.1) Custos

D: Salários → R\$ 3.283,02

C: Salários a pagar → R\$ 3.034,27

C: INSS a recolher \rightarrow R\$ 248,75

D: Despesas com FGTS \rightarrow R\$ 260,12

C: FGTS a recolher \rightarrow R\$ 260,12

(m) Despesas

D:	Despesas c/ Aluguel	\rightarrow	R\$	1.200,00
C:	Caixa/Banco	\rightarrow	R\$	1.200,00
D:	Despesas com depreciação	\rightarrow	R\$	2.075,00
C:	Depreciação Acumulada	\rightarrow	R\$	2.075,00
D:	Despesas com reparos nas bombas	\rightarrow	R\$	50,00
C:	Caixa/Banco	\rightarrow	R\$	50,00
D:	Despesas com energia	\rightarrow	R\$	600,00
C:	Energipe	\rightarrow	R\$	600,00
D:	Despesas com combustível	\rightarrow	R\$	350,00
C:	Caixa/Banco	\rightarrow	R\$	350,00

D:	Despesas com alimentação dos funcionários	\rightarrow	R\$	600,00
D:	Despesas com telefone	\rightarrow	R\$	480,00
C:	Telemar	\rightarrow	R\$	480,00
D:	Despesas com aluguel veículo	\rightarrow	R\$	600,00
C:	Caixa/Banco	→	R\$	600,00
D:	Despesas com assessoria contábil	\rightarrow	R\$	1.000,00
C:	Caixa/Banco	\rightarrow	R\$	1.000,00
D:	Despesas com assessoria sindical	\rightarrow	R\$	150,00
C:	Caixa/Banco	\rightarrow	R\$	150,00
D:	Despesas com assessoria informática	\rightarrow	R\$	150,00
C:	Caixa/Banco	\rightarrow	R\$	150,00
D:	Despesas com Salários	\rightarrow	R\$	1.430,00

C:	Inss a recolher	\rightarrow	R\$	109,39
C:	Salários a pagar	\rightarrow	R\$	1.320,61
D:	Despesas com salários/FGTS	\rightarrow	R\$	114,40
C:	FGTS a recolher	\rightarrow	R\$	114,40
D:	Despesas com salários/ INSS - patronal	\rightarrow	R\$	1.660,24
C:	INSS a recolher	\rightarrow	R\$	1.660,24
D:	Despesas com Pró-Labore	\rightarrow	R\$	323,22
C:	Pró-Labore do Sócio-Adminstrador	\rightarrow	R\$	323,22
D:	Despesas com Amortização	\rightarrow	R\$	1.333,33
C:	Amortização Acumulada	\rightarrow	R\$	1.333,33
	(t.1) perdas			
D:	Despesas com perdas	\rightarrow	R\$	1.175,07

C: Estoques Gás/Die/Álc.

→ R\$ 1.175,07

6.3 Registrando no livro Razão

Desde 1992, com o advento da Lei nºs 8.218/1991, art.14, e 8.383/1991,

art.62, consolida no art.259 do RIR, tornou-se obrigatório o Livro Razão. Antes era

facultativo.

Não podemos deixar de frisar que o Livro Razão é muito importante. Pois

com ele é bem mais fácil de visualizarmos cada elemento do Patrimônio e de suas

mutações.

Logo, é um livro de forma e ordem sistemática, que classifica as contas e

sub-contas com respectivos créditos e débitos escriturados de forma cronológica e

precisa para obtenção de uma boa escrituração contábil. Logo, podemos dizer que o

Livro Razão tenha a função principal de mostrar a situação de cada conta e subconta e

secundárias em fim mostrar de forma e ordem cronológica todos os lançamentos.

Veja os exemplos:

Conta

- Despesas

1º grau

Subcontas

2º grau

- Material de escritório
- Produtos de limpeza
- Combustível do veículo a serviço da administração

Simplificando as ilustrações acima, através de explicações e resoluções de problemas, utilizamos também uma representação gráfica de conta que para os contadores e administradores é bastante conhecida, é o T, chamado de Razonetes em T, ou somente Razonete, veja a representação abaixo:

Sempre o lado esquerdo será chamado débito logo, o lado direito será chamado de crédito, sendo assim, o lançado no lado esquerdo é chamado de a debito ou simplesmente debito, sendo assim, o lançamento no lado direito é chamado a crédito ou crédito, corriqueiramente dizíamos que debitou ou creditou a conta respectivamente.

Quase sempre pessoas que não tem conhecimento em contabilidade acham que debitar significa uma situação não favorável para empresa, e crédito algo favorável. Quando na verdade isso significa convenções contábeis, pois podemos dizer que o ativo é devedor, pois tem ele obrigações para com o passivo. E quando creditamos o passivo é por que teoricamente damos entrada para com o ativo.

51

O nome de Razão seria por conta da expressão de origem italiano como

(ragione) deveria de sua ordem lógica e sistemática que permite raciocinar (ragionare)

sobre o estado de contas da entidade.

Na Itália, berço da contabilidade (Luca Paciole), o contador é denominado

ragionieri (o que organiza a razão).

Vejamos como ficaria a contabilização dos produtos comprados pelo o Auto

Posto Sucesso Ltda, junto a Distribuidora de Combustíveis Imaginária S.A:

6.4 Registrando no livro Caixa

É uma livro de ordem facultativa porém, se a empresa utilizar e autenticar ele

poderá ter valor de livro auxiliar, logo, poderá utilizar de seus respectivos saldo no livro

diário, sendo assim, os movimentos financeiros será lançado e conforme disposto no

artigo 258, § 5º, do RIR, esses saldos servirá provabilidade e maior segurança nas

informações do livro diário.

Contando que as pessoas jurídicas, empresas que optam pelo lucro

presumido este livro é de caráter obrigatório desde 1º do 1-1995, assim está escrito no

artigo 45 do parágrafo único da lei nº 8.981/95, assim também se enquadram as micro e

pequenas empresas e enquadrantes no Simples (lei nº 9.317/96, art. 7º,§ 1º, letra "a").

Já a legislação do Imposto de Renda exige tanto para o simples como

também para as empresas que optam pelo lucro presumida, além da escrituração

também todos os lançamentos financeiros bancários.

BIBLIOTECA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE

Segundo Fabretti, "Escriturar o livro caixa com todo o movimento financeiro, inclusive o bancário, é preparar 90% da contabilidade". Pág.66.

Vale lembra que a escrituração do livro caixa deverá ser feita sempre com clareza e evidenciando sempre responsabilidade e transparência no que está se registrando, pois este livro poderá ser muito importante a cada momento para esta empresa, seja em uma situação favorável ou desfavorável teremos que agir com responsabilidade.

Exemplos de escrituração no livro caixa:

MOVIMENTO DO CAIXA Nº:01

AUTO POSTO SUCESSO LTDA.

DOC.Nº	HISTÓRICO	DATA	ENTRADAS	SAÍDAS
001	Saldo Caixa/Banco	02/01/2008	100.000,00	
div.	Compra de computadores e periféricos	02/01/2008		4.500,00
div.	Compra de Veículo	02/01/2008		25.000,00
	Saldo	02/01/2008	70.500,00	
002	Saldo caixa/Banco	03/01/2008	70.500,00	
div.	Vendas diversas	02-	66.772,50	
		15/01/2008		
div.	Pgtos realizados a distribuira Imaginário S/A.	15/01/2008		121.069,37
	Saldo caixa/Banco	15/01/2008	16.203,13	
003	Saldo Caixa/Banco	16/01/2008	16.203,13	
div.	Vendas diversas	16-	71.788,50	
		31/01/2008		
div.	Pgto de aluguel do posto	31/01/2008		1.200,00

div.	Pgto de reparos nas	31/01/2008		50,00
	bombas conf.recibo			
div.	Pgto de combustível conf.nf	31/01/2008		350,00
div.	Pgto ao restaurante	31/01/2008		600,00
	conf.recibno			
div.	Pagto alguel do veículo	31/01/2008		600,00
div.	Pgto honerários contábeis	31/01/2008		1.000,00
div.	Pgto assessoria informática	31/01/2008		150,00
div.	Pgto assessoria sindical	31/01/2008		150,00
	Saldo do caixa/Banco	31/01/2008	83.891,63	

- 1		
	A TRANSPORTAR TOTAIS DO Mês	: <u>83.891,63</u>
	SALDO ANTERIOR	:
	SALDO ATUAL	:83.891,63

DESTALHES DO SALDO				
CHEQUES	0,0			
DINHEIRO	83.891,63			
PENDENCIAS	0,0			
TOTAL	83.891,63			

CAIXA	VISTO

7 CONTABILIZANDO PELO LUCRO PRESUMIDO

A contabilidade pelo lucro Presumido se resume em calcular o percentual de presunção sobre o faturamento, ou seja, pegamos o valor das vendas e atribuímos 1,65% sobre as vendas e logo temos o valor a pagar que já incluirá o IRPJ e a CSLL. Vejamos: faturamento = 235.006,00 * 1,6% = 3.760,10 IR/CSLL= 902,43

Além de calcular a presunção, a empresa deverá fazer a folha de funcionários e recolher os impostos referente a venda de lubrificantes que é o PIS e a COFINS, além de recolher os valores referente ao INSS e FGTS.

8 CONTABILIZANDO PELO LUCRO REAL

A contabilidade efetuada através do Lucro Real é bem mais completa e é observada todos os fatos ocorridos antes e durante o exercício em mensuração, veja: LALUR

Lucro Contábil	• 1.359,90
Ajustes	
Adições	• _0_
Exclusões	• _0_
Lucro Real	• 1.359,90
 IR/CSLL devido = 326,90 	Lucro Líquido após o IR/CSLL=
	1.033,00

9 BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Contas	Débito	Crédito
Capital Social		300.000,00
Caixa/Banco	83.891,63	
Móveis e utensílios	30.000,00	
Bombas de Gasolina	40.000,00	
Instalações	10.000,00	
Cobertura	40.000,00	
Despesas Pré-	80.000,00	
Operacionais		
Estoque de Gasolina	11.402,88	
Estoque de Diesel	11.686,30	
Estoque de Álcool	1.346,80	
Estoque de Lubrificantes	87,94	
Fornecedores		121.069,38
Pis a Recuperar	36,68	
Cofins a recuperar	76,38	
Clientes	96.445,00	
Rec.c/ vendas à vista		138.561,00
Rec. c/ vendas à prazo		96.445,00
CMV	216.326,50	

Despeas com vendas Pis	43,80	
Despesas com vendas	91,20	
Cofins		
Pis a recolher		43,80
Cofins a recolher		91,20
Computadores e	4.500,00	
Periféricos		
Veículo	25.000,00	
Salários a pagar		4.354,88
Despesas com salários	4.713,02	
Inss a recolher		358,14
Despesas com salários	374,52	
FGTS		
FGTS a recolher		374,52
Despesas com aluguel do	1.200,00	
Posto		
Despesas com depreciação	2.075,00	
Depreciação Acumulada		2.075,00
Despesas com reparos	50,00	
prévia		
Despesas com energia	950,00	
Energia a pagar		950,00
Despesas com combustível	350,00	7

Despesas com alimentação	600,00	
de funcionários		
Despesas com telefone	480,00	
Telefone		480,00
Despesas com pgto de	600,00	
aluguel veículo		
Despesas com assessoria	1.000,00	
Contábil		
Despesas com assessoria	150,00	
sindical		
Despesas com assessoria	150,00	
informática		
Despesas com perdas	1.175,27	
Despesas com Salários	1.660,24	
Inss a recolher		1.660,24
Parte/Empresa		
Despesas c/ Pró-labore	323,22	
Pró-labore		323,22
Despesas Amortização	1.333,33	
Amortização Acumulada		1.333,33
Totais	668.119,71	668.119,71

10 DRE

1	(=)	Receita Operacional Bruta	R\$ 235.006,00
•	,		70 (107.00)
2	(-)	Impostos e Contribuições sobre Vendas	R\$ (135,00)
3	(=)	Receita líquida de Vendas	R\$ 235.871,00
4	(-)	Custo das Mercadorias Vendidas (CMV)	R\$ (216.326,50)
5	(=)	Lucro Bruto	R\$ 18.544,50
6	(=)	Despesas Operacionais	R\$ (17.184,60)
		Salários R\$ 7.071,00	
		Aluguéis R\$ 1.800,00	
		Depreciação R\$ 2.075,00	
		Amortização R\$ 1.333,33	
		Vendas R\$ 3.125,27	
		Administração R\$ 1.780,00	
7	(=)	Lucro Antes do IR/CSLL	R\$ 1.359,90
		Despesas com IRPJ	R\$ (203,99)
		Despesas com CSLL	R\$ (122,97)
8	(=)	Lucro Após o IR/CSLL	R\$ 1.033,00

11 BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial em 31/01/2008

1	Ativo			
	1.1	Circulante	180.449,69	
	1.1.1	Disponível	83.891,63	
	1.1.1.1	Caixa/Bancos	83.891,63	
	1.1.2	Créditos	96.558,06	
	1.1.2.1	Clientes	96.445,00	
	1.1.2.2	Pis a Recuperar	36,68	
	1.1.2.3	Cofins a Recuperar	76,38	
	1.2	Estoques	245.523,92	
	1.2.1	Mercadorias Para Revenda	245.523,92	
	1.2.1.1	Gasolina	11.402,88	
	1.2.1.2	Diesel	11.686,30	
	1.2.1.3	Álcool	1.346,80	
	1.2.1.4	Lubrificantes	87,94	
	1.3	Ativo Permanente	147.425,00	
	1.3.1	lmobilizado	147.425,00	
	1.3.1.1	Móveis e Utensílios	30.000,00	
	1.3.1.2	Computadores e Periféricos	4.500,00	
	1.3.1.3	Bombas	40.000,00	

	1.3.1.4	Instalações	10.000,00
	1.3.1.5	Cobertura	40.000,00
	1.3.1.6	Veículo	25.000,00
	1.3.1.7	(-)Depreciação Acumulada	(2.075,00)
	1.4	Diferido	78.666,67
	1.4.1	Despesas Pré-Operacionais	78.666,67
	1.4.1.2	Gastos Diversos	80.000,00
	1.4.1.3	(-) Amortização Acumulada	(1.333,33)
То	tal do At	ivo	431.065,28
2	Passivo		
	2.1	Circulante	130.032,28
	2.1.2	Disponível	130.032,28
	2.1.2.1	Fornecedores	121.069,38
	2.1.2.2	Salários	4.354,88
	2.1.2.3	Pró-Labore	323,22
	2.1.2.4	Pis a Recolher	43,80
	2.1.2.5	Cofins a Recolher	91,20
	2.1.2.6	IRPJ/CSLL	326,90
	2.1.2.6	INSS a Recolher	2.018,38
	2.1.2.7	FGTS a Recolher	374,52
	2.1.2.8	Energia	950,00
	2.1.1.9	Telefone	480,00
	2.2	Patrimônio Liquido	301.033,00
	1		

2	.2.1	Capital Social	300.000,00
2	.2.2	Lucros Acumulados	1.033,00
Tota	l do Pa	assivo	431.065,28

12 CONCLUSÃO

A contabilidade dos postos de combustível é muito dinâmica, porém, excelente de ser executada. Por ser um seguimento que há uma rotatividade alta e um percentual de lucro baixo. Logo é constatado que há uma necessidade de efetuarmos um planejamento tributário, pois através dele podemos identificar se será viável o método do lucro real ou presumido, ou seja, o melhor que lhe convier. O lucro real é o principal método para que possamos através de relatórios acompanharem melhor o desenvolvimento econômico e patrimonial, enquanto o lucro presumido a pesar de não impedir que façamos tal acompanhamento é inviável. Pois na maioria das vezes a empresa acaba pagando mais tributos do que o devido.

REFERÊNCIAS

- CLT Acadêmica. Saraiva: São Paulo 2004.
- CTN Código Tributário Nacional, Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966.
- FABRETTI, Láudio Camargo. Contabilidade tributária. 9 ed. – São Paulo: Atlas, 2005.
- http://www.anp.gov.br/leg/legislacao.asp acesso em 12/04/2006.
- http://www.guiatrabalhista.com.br/legislação/portaria119, 2006.htm acesso em 23/04/2006 as 12:51:02 horas.
- IUDICIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. Contabilidade Comercial. 5 ed. São Paulo: Atlas Editora, 2002.
- MARCHEZIN, Glauco, AZEVEDO, Osmar Reis, CONCÓRDIA, Renato Mendes. Manual Prático de Retenção de Impostos e Contribuições. 4 ed. Revisada e ampl. São Paulo: IOB Thomson, 2005.
- VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez, NEVES, Silvério das. Contabilidade de Custos: um enfoque direto e objetivo. 7.ed. ver.e ampl. – São Paulo: Frase Editora, 2003.